

NORMA		EMENTA		TEMÁTICA	LEGISLAÇÃO ASSOCIADA
Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997	Política Nacional de Recursos Hídricos	Federal	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.	Águas	Decreto nº 4.613/2003
Resolução CONAMA nº 430/2011		Federal	Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA.	Águas	
Resolução CONAMA nº 357/2005		Federal	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.	Águas	
Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009.	Política Estadual de Recursos Hídricos	Estadual	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.	Águas	
Lei nº 9.843, de 27 de dezembro de 2005.	Comitês de Bacias Hidrográficas	Estadual	Institui os Comitês de Bacias Hidrográficas, amplia as competências do CONERH e dá outras providências.	Águas	
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.	Lei dos Crimes Ambientais	Federal	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.	Crimes e Infrações Administrativas Ambientais	Decreto nº 6.514/2008
Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999	Política Nacional de Educação Ambiental	Federal	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.	Educação Ambiental	Decreto nº 4.281/2002
Lei nº 12.056, de 07 de janeiro de 2011.	Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia	Estadual	Institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, e dá outras providências.	Educação Ambiental	Decreto nº 13.746/2012
Decreto nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967.	Lei de Proteção à Fauna	Federal	Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.	Fauna	
Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012	Código Florestal	Federal	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	Flora	
Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006	Lei de Gestão de Florestas Públicas	Federal	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal	Flora	Decreto nº 6.063/2007 Decreto nº 7.167/2010
Resolução CONAMA nº 302/2002		Federal	Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.	Flora	
Resolução CONAMA nº 303/2002		Federal	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.	Flora	
Resolução CONAMA nº 378/2006		Federal	Define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional para fins do disposto no inciso III, § 1º, art. 19 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dá outras providências.	Flora	
Resolução CONAMA nº 379/2006		Federal	Cria e regulamenta sistema de dados e informações sobre a gestão florestal no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA.	Flora	
Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.	Mata Atlântica	Federal	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.	Flora	Decreto nº 6.660/2008
Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro	Federal	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.	Gerenciamento Costeiro	Decreto nº 5.300/2004
Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015		Federal	Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nºs 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015.	Gerenciamento Costeiro	
Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	Federal	Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.	Organismos Geneticamente Modificados	Decreto nº 5.591/2005
Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015	Lei de Acesso ao Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional	Federal	Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2004; e dá outras providências.	Patrimônio Genético	Decreto nº 2.519/1998
Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.	Política e Sistema Nacional de Meio Ambiente	Federal	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	Política Nacional do Meio Ambiente	Decreto nº 99.274/1990 Decreto nº 4.297/2002
Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989	Fundo Nacional de Meio Ambiente	Federal	Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.	Política Nacional do Meio Ambiente	Decreto nº 3.524/2000

Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006.	Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia.	Estadual	Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências.	Política Estadual de Meio Ambiente	Decreto nº 14.024/2012
Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012.	Sistema de Cadastro Ambiental Rural	Estadual	Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências.	Regularização Ambiental	Decreto 8.235/2014
Lei nº 13.597, de 14 de dezembro de 2016.	Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado da Bahia	Estadual	Institui o Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado da Bahia, altera dispositivos da Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, e da Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009, bem como revoga a Lei nº 11.478, de 01 de julho de 2009.	Regularização Ambiental	
Decreto nº 15.180, de 02 de junho de 2014	Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - CEFIR	Estadual	Regulamenta a gestão das florestas e das demais formas de vegetação do Estado da Bahia, a conservação da vegetação nativa, o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - CEFIR, e dispõe acerca do Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado da Bahia e dá outras providências.	Regularização Ambiental	
Resolução CONAMA nº 1/1986		Federal	Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.	Regularização Ambiental	
Resolução CONAMA nº 9/1987		Federal	Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental.	Regularização Ambiental	
Resolução CONAMA nº 237/1997		Federal	Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental.	Regularização Ambiental	
Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999	Prazo Prescricional	Federal	Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.	Processual	
Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999	Processo Administrativo Federal	Federal	Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.	Processual	
Instrução Normativa nº 10/2012.	Regula Procedimento de Processos no âmbito do IBAMA	Federal	Regula os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a imposição das sanções, a defesa, o sistema recursal e a cobrança de multas no âmbito do IBAMA.	Processual	
Portaria INEMA nº 11.292/2016.	Procedimento para Formalização de Requerimento no INEMA	Estadual	Define os documentos e estudos necessários para requerimento junto ao INEMA dos atos administrativos para regularidade ambiental de empreendimentos e atividades no Estado da Bahia, revoga a Portaria INEMA nº 8578/2014 e dá outras providências.	Processual	
Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010.	Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS	Federal	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.	Resíduos Sólidos	Decreto nº 7.404/2010
Lei nº 12.932, de 07 de janeiro de 2014.	Política Estadual de Resíduos Sólidos - PERS	Estadual	Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências.	Resíduos Sólidos	
Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007.	Política Nacional de Saneamento Básico	Federal	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.	Saneamento	Decreto nº 7.217/2010
Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.	Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC	Federal	Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.	Unidades de Conservação	Decreto nº 4.340/2002
Resolução CONAMA nº 371/2006		Federal	Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC e dá outras providências.	Unidades de Conservação	
Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981		Federal	Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.	Unidades de Conservação	Decreto nº 99.274/1990
Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC	Federal	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências	Clima	Decreto de 15 de setembro de 2010.
Lei nº 12.050, de 07 de janeiro de 2011.	Política sobre Mudança do Clima do Estado da Bahia	Estadual	Institui a Política sobre Mudança do Clima do Estado da Bahia, e dá outras providências.	Clima	